



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CONSUMINDO CIDADES E BENS CULTURAIS: A EXPERIÊNCIA DAS POLÍTICAS URBANAS PATRIMONIAIS E DE VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA NO BRASIL

Eder Claudio Malta Souza

ecmsouza@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Universidade Federal de Pelotas

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Diversas cidades brasileiras tem sido objeto de intervenções do poder público tendo em vista a reestruturação urbana, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental e patrimonial. Destacamos o caso da cidade do Rio de Janeiro que nas últimas três décadas tem recebido altos investimentos para sediar megaeventos esportivos, artísticos e culturais, assim como foi objeto de políticas urbanas de intervenção desde que se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 2012. Se por um lado gerou maior fluxo de bens, pessoas e capitais, por outro, necessitou-se de maior investimento em políticas urbanas de segurança, mobilidade e infraestrutura. Para isso, estimulou-se um processo de recomposição internacional da imagem e da identidade urbano-cultural a partir da estratégica política de patrimonialização da Paisagem Cultural carioca, considerada o principal bem cultural de valor universal por enunciar uma cultura urbana de vida ao ar livre e harmonia multicultural, de inspiração artística que a cidade oferece entre as paisagens urbanas e natural. Parto da concepção de que este processo não somente tencionou a preservação de seus bens culturais, mas teve como objetivo revalorizar e recompor a paisagem turística do Rio de Janeiro. Somam-se a esta estratégia inovadora dois importantes fatores: 1) o *city marketing* da sustentabilidade, segurança e mobilidade urbana nos espaços da “paisagem modernista” carioca através de práticas de turismo e de consumo cultural como forma de revalorizar a imagem da cidade e; 2) o reordenamento dos usos de espaços públicos constituídos nos morros paisagísticos, onde existem diversas favelas. Chamo estes morros favelados de contra-paisagens. Com base nos estudos urbanos e na sociologia do consumo, a metodologia utilizada consistiu na análise de dossiês oficiais, redes sociais, na realização de observação direta e no uso de fotografias para apreensão das dinâmicas e mudanças socioespaciais. A pesquisa mostrou como a orientação das intervenções pelo turismo, consumo cultural e pelo *city marketing* tem implicado em processos de enobrecimento urbano (*gentrification*) de espaços centrais e de favelas, acentuando a conflitividade própria de sua contra-paisagem em contraste à noção de multiculturalidade visto acirrar a exclusão social, a fragmentação e as dissonâncias que conformam a espacialidade urbana carioca, dado o ajustamento dos planos estratégicos à orientação mercadológica. Apesar da importância do reconhecimento do valor patrimonial das cidades e sítios históricos, implica-se questionar como as cidades vêm sendo redefinidas por tais práticas à medida que o patrimônio, a paisagem e os espaços públicos, assim como as identidades que lhes são atribuídas, são continuamente recompostos por este modelo de política urbana articulado aos mercados de consumo de bens e serviços.

Palavras-chave: Patrimonialização; Enobrecimento urbano; Consumo.

ABSTRACT

Many Brazilian cities have been object to interventions by the public power aiming for an urban restructuring, economic development and environmental and heritage sustainability. One can highlight the city of Rio de Janeiro which, in the last three decades, has received high values of ventures in order to host sports, artistic and cultural mega events as well as becoming an object for urban intervention politics since it became part of UNESCO's World Cultural Heritage, in 2012. If, on one hand, it generated an influx both of people and money, on the other hand, it also caused a need for bigger investments in urban safety, mobility and infrastructure politics. To achieve that, a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

process of international recomposing of the image and urban–cultural identity was promoted through the political strategy of patrimonialisation of the city’s Cultural Landscape, which is considered the main cultural asset of universal value due to fact that shows an urban culture of outdoor living and multicultural harmony, and also artistic inspiration which the city provides between its urban and natural landscapes. This work sets out from the concept that this process not only intended to preserve the city’s cultural assets, but also aimed to reevaluate and recompose the tourist landscape of Rio de Janeiro. Added to that innovative strategy there were also two important factors: 1) the *city marketing* of urban sustainability, safety and mobility in the spaces of the “modernist landscape” of Rio through the practices of tourism and cultural consumption as a way to reevaluate the city’s image and; 2) the reordering of the usage of public spaces like the due to the usage of the landscaped hills, which are filled with *favelas*. In this work, those hills are named “counter–landscapes”. Based on urban studies and consumption sociology, the used methodology was to consult official dossiers, social networks, the work of direct observation and the usage of photographs in order to apprehend the socio–spatial dynamics and changes. The research showed how the orientation of the interventions through tourism, cultural consumption and the *city marketing* are origination processes of *gentrification* of the central spaces and the *favelas*, emphasizing the natural conflict of their counter–landscape characteristic in contrast to the notion of multiculturalism, stirring the social exclusion, the fragmentation and the dissonances that conform Rio’s urban landscaping. That happens due to the adjustment of the strategic plans and methodological orientation. Although it is important to recognize the heritage value of historical cities and sites, it implies in questioning how those cities are being redefined through such practices while heritage, landscape and public spaces, as well as their attributed identities, are continually recomposed by this urban politics model articulated towards the market for goods and services.

Keywords: Patrimonialisation; Gentrification; Consumption.

I. Introducción

Este artigo discute criticamente o processo de patrimonialização da Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo principal é analisar a política de valorização paisagística e de recomposição turística da cidade decorrente da patrimonialização e das intervenções implementadas em diversos espaços.

Atrelado à noção de Paisagem Cultural como instrumento técnico e conceitual inovador de preservação patrimonial e ambiental, este processo procura reeditar o cronograma das políticas de intervenção que emergiram na cidade desde os anos de 1980. Em suma, visa-se recompor a imagem turística carioca, a partir de seus patrimônios e paisagens, para a atração de pessoas, investimentos e capitais.

As paisagens cariocas constituem um dos principais atrativos turísticos brasileiros. Apesar disso, somente após sua patrimonialização pela UNESCO, em 2012, tem-se investido em políticas de proteção paisagística e do “ambiente cultural” carioca para preservar sua integridade e autenticidade visual. Tais políticas giram em torno da revitalização urbana e do desenvolvimento econômico de áreas estratégicas.

Suas metas visam a recomposição turística e da imagem do Rio de Janeiro através de intervenções nos espaços urbanos, no patrimônio e na paisagem. Duas principais estratégias foram empreendidas: 1) *City marketing*: Patrimônio mundial e Cidade Olímpica – Sustentabilidade; Criatividade; Mobilidade e Segurança; 2) Políticas de Requalificação urbana da Região Central e Zona Portuária; Preservação patrimonial na Zona Sul.

Os resultados deste estudo, procedente de pesquisa de doutorado¹, demonstram que a estratégia foi consolidar a patrimonialização mediante políticas de revitalização urbana e projetos sustentáveis. Para consolidar os investimentos, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) realizou parcerias com escritórios técnicos, intermediários culturais e diversos setores privados de turismo e dos mercados de consumo cultural.

¹ Tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, Brasil, intitulada “Políticas Urbanas de Patrimonialização e Consumo: A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro”. Atualmente, desenvolve-se pesquisa acerca desta temática sobre a cidade de Pelotas-RS a partir das políticas urbanas de requalificação de Áreas Centrais e sua relação com o consumo cultural.



Como consequência, ocorreu o processo de valorização paisagística em diversas regiões da cidade, desde os espaços públicos da Zona Sul — já reconhecidos como símbolos da identidade cultural carioca —, aos revitalizados espaços e equipamentos culturais do Centro e da Zona Portuária. Concomitante às tais políticas urbanas, intensificaram-se os casos de enobrecimento urbano (*gentrification*) nestas localidades, estendendo-se para alguns morros favelizados com vistas à Baía de Guanabara — a que chamamos *contra-paisagens* cariocas (Malta, 2015, 2017) que, quando não são removidas ou excluídas do mapa turístico, tornam-se disputados lugares de hospedagem, aventuras, emoções e exotismos turísticos (Fortuna, 2012)

II. Marco teórico/marco conceptual

Análise dos processos de patrimonialização sob a perspectiva da Sociologia do consumo e dos Estudos urbanos

Compreende-se que a relação entre patrimônio, turismo e consumo cultural decorre da crescente participação do setor privado na gestão de áreas e bens patrimoniais que tem almejado lucrativas oportunidades de negócios e impulsionado uma complexa alteração conceitual do patrimônio — e de paisagem cultural —, adaptando-a à nova lógica do mercado, ou seja, tratando este patrimônio não mais como “bem simbólico”, mas sim como uma “mercadoria cultural” (Leite, 2015). Na prática, esse “processo implica no reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe [...] selecionar bens que potencialmente possam corresponder às expectativas de retorno financeiro dos altos investimentos privados” (Leite, 2015, p.176)².

Os processos de patrimonialização associam dos elementos simbólicos e representacionais e os tornam recursos potenciais de sustentação das economias locais que servem para as cidades alcançarem maior visibilidade internacional em um cenário global que Fortuna (1997) chama de “concorrência intercidades”. Para o autor, tal processo “diz respeito tanto à captação de investimentos como à fixação local de fluxos globais ou parcelas suas, como à produção de imagens próprias da cidade” (Fortuna, 1997, p.234).

² Tradução minha de “process implies the recognition of forms of interaction based on the consumption and presupposes [...], electing assets with the potential to meet the expectations for a financial return on the substantial investments made by the private sector” (Leite, 2015, p. 176).



Tal lógica de mercado de bens intensifica-se com o *marketing* urbano das áreas, paisagens e bens culturais patrimoniais e é promovida pelos segmentos turísticos, de produção cultural, design, mobilidade, curadorias etc. Ela resulta em um processo de *concorrência intracidade* (Malta, 2015) que diz respeito à ação de empresas e intermediários culturais (Featherstone, 1997; Ferreira, 2010) na promoção do patrimônio para a atração de consumidores e empreendedores para a sustentação da produção de imagens urbanas.

Com base em De Certeau (1994) e Featherstone (2007), entendemos que as práticas de consumo contemporâneas redefinem a oposição total entre valores de troca e de uso devido à dimensão prática, cultural e simbólica do consumo na economia e na vida social. Entendemos que o objetivo das políticas de patrimonialização é a valorização dos bens culturais materiais e imateriais capazes de agregar *valor de consumo* (Malta, 2017) cultural, visual, estético etc., para a atração de investimentos dos setores privados.

As políticas de intervenção e de preservação ocorrem mediante a atribuição de valor excepcional aos bens (monumentos, lugares, paisagens, formas de vida, etc.) e ultrapassa o valor cotidiano para torná-los uma mercadoria cultural. Os bens passam a ser reconhecido através de seus valores de troca e de uso, isto é, pelo valor de consumo (inclusive para novos usos). Isto ocorre não somente na aquisição imediata dos bens, mas pela dimensão econômica e sociocultural acerca da valorização de tais bens.

Na dimensão econômica, Urry (1995) e Miles & Miles (2004) observa-se ato de consumir de lugares e bens patrimoniais. Urry (1995) argumenta que desde os anos de 1980, durante o processo de reestruturação urbana, os espaços urbanos adquiriram identidades como lugares de consumo cultural. Para estes autores, há várias maneiras de “consumir a cidade e seus patrimônios” devido à apropriação dos bens como mercadorias inovadoras e espaços de cultura, conhecimento e compras. Consequente, reside a dimensão sociocultural das práticas interativas e de sociabilidade inscritas nos espaços patrimoniais (Leite, 2015) desde o incentivo aos usos dos espaços públicos através, por exemplo, da vida noturna, mobilidade, criação artística, hospedagem e gastronomia etc.



III. Metodología

Enquadramos como objeto de análise a relação do consumo cultural com as políticas urbanas de patrimonialização e de valorização paisagística, tendo com o referente empírico a cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2012 a 2016, período em que a cidade sediou dois importantes grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Quanto aos procedimentos, analisamos o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU/2011) da PCRJ, o documento de aprovado pela Unesco (2012), *Committee Decisions (36ª Convention): Cultural Properties – Rio de Janeiro, Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea (Brazil)* e o dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar”, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2012). Usamos extensa bibliografia acadêmica sobre as intervenções no Rio de Janeiro desde os anos de 1980.

A pesquisa foi desenvolvida seguindo o modelo qualitativo. As etapas de coletas de dados para a pesquisa de campo consistiram em: 1. Observação direta; 2. Levantamento e registro iconográfico para apreensão da paisagem e da espacialidade da cidade, e registrar os processos de intervenção no cotidiano urbano carioca; 3. Pesquisas *online* para compreender a disseminação de imagens da chamada paisagem cultural nas redes sociais.

IV. Análisis y discusión de datos

A política de valorização e patrimonialização da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro

O sítio paisagístico carioca tornou-se a primeira área urbana chancelada como Paisagem Cultural pela Convenção do Patrimônio da Unesco após aprovação do dossiê de candidatura do Iphan, “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar”, de 2012. Neste documento, previu-se a proteção dos bens materiais e imateriais, como as áreas naturais, os monumentos e as formas de vida dos conjuntos residenciais dos diversos bairros e áreas delimitadas no sítio paisagístico.



As ações previstas pela Convenção da Unesco (2012) deveriam girar em torno do então recém-criado PDDU/2011³, documento no qual o conceito de paisagem tem centralidade. Destacamos os três primeiros princípios da política urbana formulada no PDDU com foco nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs): I) noção de desenvolvimento sustentável para promover o desenvolvimento econômico, na preservação ambiental e a equidade social; II) nas noções de função social da cidade e da propriedade urbana; e III) na política de valorização e sustentabilidade ambiental, paisagística e patrimonial no processo de desenvolvimento do planejamento urbano da cidade.

O PDDU/2011 torna as APACs o principal instrumento básico de gestão e proteção do patrimônio cultural e delimita as “zonas estratégicas de especial interesse” para as políticas urbanas de valorização paisagística e de promoção de políticas culturais. Visa-se a conservação dessas áreas mediante a inovação dos usos espaciais e socioculturais sob o argumento de evitar o “engessamento” da área urbana e promover o desenvolvimento sustentável (Guimarães, 2016), bem como proteger a visualidade e a ambiência da paisagem cultural, evitando assim a perda potencial de sua “originalidade”.

Conforme aponta Ribeiro, “além da concepção de tudo englobar, é a leitura do patrimônio através do espaço. Trata-se claramente de uma abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização e de sua relação com outros no espaço” (Ribeiro, 2011, p.259). Neste sentido, a escala de abrangência de um sítio paisagístico é delimitada por uma determinada porção espacial ou recorte territorial e remete sempre a um conjunto espacial concebido de conteúdos, representações e significados socioculturais peculiares e construído em associação à morfologia e às formas naturais de um determinado território.

Da Zona Sul à Zona Portuária: Estratégias para a valorização paisagística e patrimonial

Apesar de ser um conceito inovador, a paisagem cultural não define um perfil específico dos bens por possuir abrangência genérica e de múltiplas possibilidades. Esta ampla abordagem constitui seu maior risco, haja vista as pressões dos mercados e grupos de interesses (Ribeiro,

³ Lei Complementar nº 111/2011



2011). Por outro lado, possibilita também uma estratégia de identificação e de gestão do patrimônio de modo descentralizado e flexível.

Após a nomeação do sítio, a PCRJ criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) como órgão gestor das ações de revitalização urbana e de proteção à visualidade das zonas estratégicas de interesse cultural e paisagístico. No âmbito do IRPH, foi instituído o Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-APAC), que possui forte atuação na delimitação de áreas especiais de interesse paisagístico e de proteção do ambiente cultural. O programa consiste “na concessão de apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tutelados pelo município, que integrem o patrimônio cultural, histórico, artístico ou arquitetônico da Cidade do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2012, p.3).

Através do Pró-APAC, o IRPH passou a elaborar projetos e políticas de intervenção em parcerias com instituições privadas e agências multilaterais nacionais e internacionais. A execução das principais políticas urbanas, ambientais e culturais municipais ocorre nas zonas estratégicas de especial interesse com a identificação, tombamento de bens edificados e do registro do patrimônio imaterial inscritos em APACs. São priorizados os espaços — quer de domínio público ou privado — que sejam caracterizados como um conjunto edificado de relevante interesse cultural para a memória da cidade e para a diversidade da ocupação urbana (PCRJ, 2011). Com os megaeventos, proliferou-se a especulação imobiliária em torno dos bairros inscritos no sítio paisagístico que pressionava o perfil habitacional de usos e estilos de vida dos antigos moradores e das camadas populares.

O processo de patrimonialização da Zona Sul da cidade girou em torno de espaços turísticos como o mosaico em ondas que desenhados no calçadão da Orla de Copacabana e o Aterro do Flamengo. Desde sua expansão, vincularam-se a vida urbana e as práticas socioculturais cariocas aos espaços de consumo cultural e à paisagem turística da cidade. Mas também buscou-se preservar as características arquitetônicas, sociais e ambientais de seus bairros como forma de desenvolvimento urbano.

Dentre as estratégias, proliferaram-se o número de APACs com políticas de preservação das características sociais e ambientais dos conjuntos populacionais residentes de Copacabana, Lido,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Peixoto e Leblon que possuem ambiência cotidiana tradicional. Mesmo atrelado à inovação dos usos socioespaciais e de edifícios antigos, “do ponto de vista urbanístico, no entanto, a medida cumpriu sua função estratégica: a construção civil de fato encontrou maior dificuldade de atuar na Zona Sul e transferiu seus investimentos para outras regiões da cidade, inclusive para a região portuária” (Guimarães, 2016, p.162–163), evitando-se uma onda de renovação urbana ou mesmo de gentrificação generalizada.

A consolidação das APACs deslocou o fluxo de investimentos imobiliários para a Zona Portuária, que desde o início da realização do projeto Porto Maravilha⁴, em 2009, passa pela intensificação das iniciativas do mercado através da maior parceria público–privada na histórica brasileira para a revitalização e a renovação urbana (Broudehoux e Monteiro, 2017). Isto possibilitou a proteção da ambiência residencial e a restrição de novas construções de impacto socioambiental e arquitetônico na Zona Sul que colocassem em risco a autenticidade paisagística dos espaços públicos ou descaracterizassem a qualidade de vida das comunidades residenciais da Zona Sul.

Deste modo, para o Centro Histórico, no ano de 2015, foi instituído o programa de reabilitação urbana “Centro para Todos”, que tem como princípios de intervenção o ordenamento, a segurança, a higienização e a iluminação dos espaços públicos. Este programa dividiu suas ações em nove áreas: Praça Tiradentes, Centro Financeiro, Praça XV, Cinelândia, Lapa, Cruz Vermelha, Saara, Castelo e Campo de Santana. Tem como uma das características promover a reocupação residencial, mapear os “vazios urbanos”, promover índices de caminhabilidade, transportes sustentáveis como bicicletas e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e atração de setores da indústria criativa, etc. Tais ações visam reocupar e revitalizar o Centro como lugar de moradia, lazer e consumo⁵.

⁴ O Projeto Porto Maravilha, criado pela Lei Municipal Nº 101 de 2009, é uma Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio, na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)..

⁵ O índice de caminhabilidade é realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP-Brasil) em parceria com o IRPH, mais detalhes em: <<http://itdpbrasil.org.br/indice-de-caminhabilidade/>>. O mapeamento dos vazios urbanos é uma realização de censo com a identificação e a caracterização de imóveis vazios e subutilizados, mais detalhes em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/exibeconteudo?id=6588530>>.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Apesar da intenção democrática do programa, muitas atividades comerciais populares não resistem à valorização econômica de tais áreas e vendem suas lojas para empreendimentos gourmetizados voltados para um público de maior renda. Tais casos, tem ocorrido na Rua da Carioca e Rua da Conceição considerados novos lugares de consumo e vida noturna. Torna-se evidente a intenção do IRPH em promover uma forte ação de enobrecimento com base nas noções de ordem, limpeza e segurança para garantir à cidade a sensação de vida ao ar livre e sustentabilidade nas áreas históricas. Este cenário possibilitou não só a expansão das políticas de patrimonialização para a Zona Portuária e Região Central, mas deu margem à política de incentivo à moradia e ao investimento nestas áreas como lugar de consumo, boemia, vida noturna e turismo cultural.

Na Zona Portuária, as ações mais significativas ocorreram com o projeto Porto Maravilha até as Olimpíadas na construção do Museu de Arte do Rio (2013), a revitalização da Praça Mauá e a construção do Museu do Amanhã, no final de 2015, sob o slogan da inovação, criatividade e tecnologias sustentáveis. Criou-se também o planejamento viário de mobilidade sustentável com VLTs e ciclovias após a demolição do Elevado Perimetral.

Conforme Leopoldo Pio (2013), o Porto Maravilha atua em quatro setores que são: a melhoria da infraestrutura (saneamento, malha viária, meio ambiente); o estímulo ao uso habitacional; o investimento comercial e industrial; e em cultura e entretenimento. Para o autor, apesar de o projeto almejar ações e intervenções abrangentes, “é possível notar que as atividades culturais são vistas por políticos e pela opinião pública como aspecto central e determinante do sucesso da revitalização econômica e social de espaços urbanos ‘degradados’” (Pio, 2013, p.10).

Estes espaços foram denominados áreas de interesse paisagístico e receberam atenção especial para serem incorporadas, como paisagem cultural, à rota turística durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tal estratégia articulava, portanto, a política de patrimonialização à recomposição turística do Rio de Janeiro e à criação de novas imagens urbanas com o intuito de canalizar recursos financeiros para consolidar o plano de revitalização urbana e do antigo casario edificado.



Patrimônio, Valorização paisagística e contra-paisagem

Com relação às favelas, embora a preservação patrimonial e do meio ambiente colabore com o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, o outro lado da história, digamos, ocorre em função das políticas de valorização paisagística em torno da patrimonialização e dos próprios megaeventos quando se intensificou a remoção de ocupações em morros favelizados e de cortiços na área central e portuária, sob o discurso da “ordem urbana”, de segurança pública, combate à violência e ao tráfico de drogas que legitimou a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Conforme Diniz (2014, p.13), “os princípios de ordem, racionalidade, normatização e funcionalidade nas políticas de renovação urbana sustentaram intervenções que, segundo seus críticos, negligenciaram os atributos históricos dos espaços urbanos e os modos de vida a eles associados”.

As favelas voltaram às atenções midiáticas desde 2010 após o Rio ser eleita cidade sede das Olimpíadas e passaram a ser relacionadas aos discursos ecológicos de preservação ambiental e sustentabilidade dos morros da Zona Sul. Tal perspectiva envolve a ideia de desfavelização, como demonstra Mattos (2014), para combater o crescimento e reverter a política de urbanização de favelas, a exemplo do Programa Morar Carioca (2010), uma extensão do Programa Favela-Bairro, que prometia se tornar o mais abrangente programa de urbanização de favelas do Rio através da modernização, infraestrutura e integração entre as favelas da cidade até o ano de 2020 (Steiker-Ginzberg, 2014). Conforme este autor, “está em curso na cidade do Rio de Janeiro a construção da legitimação da remoção de favelas como política permanente, o que pode jogar por terra o consenso que se formou em torno da urbanização durante os últimos 30 anos” (Mattos, 2014, p.173).

Zukin (2000, p.106) postula que a paisagem é, “em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais [...] é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade”. É na paisagem que podemos observar o que foi construído, escondido e o que resiste às mudanças estruturais da cidade. A paisagem ordena socioespacialmente a estrutura urbana, conforma relações sociais de poder político, de poder econômico e de diferenças culturais, portanto, sua representação simbólica e material constitui uma “paisagem de poder”.



A representação da Paisagem Cultural reforça a visualidade material e simbólica traduzindo o resultado da interação entre o homem e a natureza. Ela enaltece o mosaico urbano no entremeio de paisagens naturais que se constituiu no decorrer de intervenções urbanas sucessivas, projetadas para a construção de uma cidade moderna, competindo com suas próprias dificuldades técnicas para construir um aglomerado urbano entre o mar e os morros.

Com base na noção de paisagem postulada por Zukin (2000), podemos inferir que a favela constitui-se como uma contra-paisagem carioca. Por contra-paisagem compreendo uma paisagem de inversão do planejamento e da representação simbólica de poder e que promove uma tensão estrutural na espacialidade urbana sobre as restrições estruturais e as dimensões normativas do espaço urbano estratégico. As favelas constituem a representação antissimbólica carioca (Barbosa, 2012) e, como uma contra-paisagem, é comumente caracterizada pela representação social de degradação dos morros paisagísticos.

Dentre os objetivos, fixou-se também o foco nos morros paisagísticos da Zona Sul da cidade, chamadas áreas de amortecimento do sítio paisagístico, que são o entorno de uma unidade de conservação sujeito a normas e restrições específicas, onde situam-se as favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos — todas com vista para a Baía de Guanabara.

No entanto, em certa medida, as favelas têm sido transformadas em um dos destinos turísticos cariocas através da prática do *favela-tour*, o que envolve uma dupla condição associada à paisagem turística: por um lado, as remoções que levam à expulsão de moradores sob o argumento de irregularidades da ocupação e uso do solo; por outro, estimula os investimentos turísticos em áreas favelizadas e oculta o “texto visível” de símbolos e materialidade de poder estatal, financeiro e midiático das ações do poder público em torno das remoções ao privilegiar certos lugares de visitação dentro das favelas para promover ao turista a visualidade da Baía de Guanabara. Da Zona Sul à Zona Portuária, diversas comunidades de baixo poder aquisitivo, residentes em áreas consideradas com vista paisagística privilegiada e com a presença das UPPs, viram seus espaços cotidianos sendo apropriados pelos processos de turistificação da vida cotidiana (van der Duim, 2007).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Esta relação entre patrimônio, sustentabilidade e desenvolvimento econômico tem sido associada às políticas urbanas voltadas às práticas de revitalização dos centros históricos e áreas portuárias, mas com o conceito de paisagem cultural não se perde de vista as áreas de interesse para a valorização paisagística. Podemos afirmar que essa mediação da economia de mercado vincula os processos de mudança das identidades urbanas às inovações dos bens culturais em oferta. Tanto podem ser comunidades étnicas, centros históricos ou simplesmente as paisagens culturais em que suas incidências identitárias são recursos para o *branding* publicitário (Jaguaribe, 2011) na construção dos lugares turísticos onde a vida cotidiana e as retóricas atribuídas aos bens patrimoniais parecem fundir-se, ocorrendo constante reprodução, modificação e apropriação para novos usos.

V. Conclusiones

As políticas de patrimonialização e de valorização paisagística orientam-se pelas práticas de mercado através da espetacularização das paisagens, dos espaços e da cultura (Leite, 2015) tanto dos espaços patrimoniais, quanto das localidades mais desfavorecidas, neste caso, as comunidades favelizadas em morros paisagísticos. Estas questões merecem nossa atenção crítica, pois expressam a problemática sobre o suposto futuro urbano sustentável carioca associado a um intenso processo de concorrência intracidade e de políticas de valorização de bens culturais e suas paisagens como bens de consumo.

O desenvolvimento urbano não escapa às pressões globais das mudanças nos mercados de consumo cultural. Os gestores do Rio de Janeiro veem-se comprometidos a recompor a imagem da cidade através de uma expressa e opulenta política de valorização paisagística, de revitalização urbana e de criação de novas paisagens turísticas na Região Central e na Zona Portuária. Para os administradores da cidade, sediar as Olimpíadas de 2016, por exemplo, tornou-se a oportunidade de demarcar na trajetória do urbanismo carioca um legado próprio de transformações urbanas, ao passo que confirmaria o valor patrimonial da Paisagem Cultural como o resultado das ações e das práticas sociais de desenvolvimento urbano e ordenamento dos usos dos espaços que a compõem.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Neste sentido, a PCRJ realizou parcerias com os setores privados nacionais e internacionais e altos investimentos financeiros para consolidar as políticas urbanas sustentáveis, sendo que estes investimentos, apesar das definições das APACs, promoveram forte especulação na expansão ou renovação imobiliária das áreas consideradas paisagísticas.

Tais processos tornam-se formas de intervenção urbana em que se sublinham o valor de consumo atribuído aos lugares e aos bens como características centrais das políticas de revitalização que, em casos mais específicos, tencionam ao enobrecimento ou, simplesmente, à turistificação da vida cotidiana. Estas práticas reinventam as imagens urbanas e orientam-se para a recomposição turística das cidades promovida pelos setores empresariais, publicitários, promotores de eventos, pela mídia especializada na televisão e redes sociais.

Com estas características é que se enuncia a plural, senão conflitiva, relação do consumo cultural com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro. No entremeio deste conflito, continua ainda o propósito de vencer as favelas, seja pela exclusão de suas áreas no mapa turístico e social da cidade, seja através da transformação da contra-paisagem em paisagem turística.

VI. Bibliografia

Barbosa, J. L. (2012). "Paisagens da Natureza, Lugares da Sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como 'cidade maravilhosa'". In: Silva, J. S.; Barbosa, J. L. & Faustini, M. V. (orgs.). *O novo carioca* (pp. 23-42). Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Broudehoux, A. M.; Monteiro, J. C. C. dos S. (2017). Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, 19 (3), 493-512. doi: 10.22296/2317-1529.2017v19n3p493.

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (12ª ed). Petrópolis: Vozes.

Diniz, N. (2014). *Porto maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Featherstone, M. (2007). *Consumer Culture and Postmodernism*. (2nd ed). London: Sage.



Fortuna, C. (1997). Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: Fortuna, C. (org.) *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.

_____. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, 97, 23-40. doi: 10.4000/rccs.4898

Guimarães, R. S. (2016). O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 29 (57), 149-168. doi: 10.1590/S0103-21862016000100009.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2012). Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade*. Brasília, Iphan.

Leite, R. P. (2015). Cities and Gentrification in Contemporary Brazil. *Current Urban Studies*. 3 (3), 175-186. doi: 10.4236/cus.2015.33015

Malta, E. (2015). *Políticas Urbanas de Patrimonialização e Consumo: A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro*. (Tese de doutorado). Disponível no RI-UFS: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6234>.

_____. (2017). Consumindo paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro. *TOMO*. São Cristóvão, 31, 91-134. doi: 10.21669/tomo.v0i0.7650

Mattos, R. C. (2014). Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. *Outubro*, n. 21, pp. 171-190.

Miles, S & Miles, M. (2004). *Consuming Cities*. London: Palgrave Macmillan.

Pio, L. G. (2013). Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha. *Revista Intratextos*. Rio de Janeiro, 4 (1), 8-26. doi: 10.12957/intratextos.2013.8565

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2011). *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro*. Lei Complementar n.º 111/2011, Rio de Janeiro, PCRJ.

_____. (2012). Decreto nº 35.879 de 05 de julho de 2012.

Ribeiro, R. W. (2011). “Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio”. In: Cureau, S.; Kishi, S. A. S.; Soares, I. V. P. & Lage, C. M. F. (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade de proteção do patrimônio cultural* (pp. 254-267). Belo Horizonte: Fórum.

Urry, J. (1995). *Consuming Places*. Londres: Routledge.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Van Der Duim, R. (2007). Tourismscapes. An Actor-Network Perspective. *Annals of Tourism Research*. 34 (4), 961-976. doi: 10.1016/j.annals.2007.05.008

Zukin, S. (2000). Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, A. (org). *O Espaço da Diferença* (pp. 80-103). Campinas: Papirus.